

Subeixo:
Saneamento Ambiental
Eixo:
Qualidade de Vida e Segurança
para Todos os Brasileiros



Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

**Subeixo:
Saneamento Ambiental
Eixo:
Qualidade de Vida e Segurança para Todos os Brasileiros**

Versão atualizada da Plataforma Brasil
Democrático e Sustentável – 2014.

São Paulo
2014

SUMÁRIO

Introdução	4
Desenvolvimento	5
Modelo inspirador	12
Propostas	15
Referências:	16

Introdução

O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), desde a sua fundação, em 2009, tem procurado contribuir para ampliar a discussão com a sociedade sobre “o Brasil que queremos”: um horizonte de desenvolvimento guiado por valores socioambientais e éticos.

Não é novidade que os interesses brasileiros são ambiciosos. Tanto nacional, quanto internacionalmente, o pensamento político brasileiro é marcado pela eliminação da pobreza, pelo fomento à atividade econômica e pela perseguição de uma posição proeminente na política internacional. Sobretudo ao longo da última década esta imagem reforçou-se ainda mais com a inclusão do país no chamado grupo das economias emergentes.

No entanto, o saneamento ambiental, compreendido aqui de maneira similar às disposições da Lei 11.445/07, a chamada Lei do Saneamento, persiste como um problema e uma dívida histórica do Estado brasileiro para com seus cidadãos.

Como o Brasil pode ser uma nação que barganha um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e, ao mesmo tempo, deixa boa parte de sua população em situações semelhantes a dos séculos XVIII e XIX?

Evidencia-se, portanto, a relevância e pertinência do tema. Neste subeixo trataremos do diagnóstico dado do atual quadro brasileiro, das dificuldades iminentes ao tema, do modelo inglês de saneamento básico que nos serve como inspiração, entendendo-se “inspiração” como uma ferramenta de comparação entre o modelo brasileiro e o referido acima buscando erros e acertos do último e, por fim, as propostas.

Desenvolvimento

No contexto do Eixo “Qualidade de Vida e Segurança para todos os brasileiros” da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável o subeixo Saneamento Ambiental é tema de grande relevância.

O saneamento básico está diretamente associado à saúde e à qualidade de vida das pessoas. Em linhas gerais, saneamento refere-se ao desenvolvimento, implantação e fornecimento de serviços e instalações adequadas para tratamento de esgoto e fornecimento de água, além de coleta de lixo e condições adequadas de higiene por meio de serviços de coleta, tratamento e destinação final de resíduos (OMS, 2013).¹ A falta de saneamento ou a inadequada manutenção podem ser consideradas como a maior causa do alastramento de doenças pelo mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde-OMS².

Melhorias e aperfeiçoamento em tecnologias, serviços, bem como a ampliação das redes de tratamento de esgoto e água conjuntamente com o plano de gestão de resíduos são fundamentais para melhora significativa nas condições de saúde da população (OMS, 2013).

Nesse sentido, a Diretora Geral da OMS, Dra. Margaret Chan, enfatizou que água potável, saneamento e higiene são fundamentais para a boa saúde, para a qualidade de vida e para a erradicação da pobreza (OMS, 2013). Segundo ela, o tema do saneamento deve encabeçar a agenda dos governos que tem como o foco o desenvolvimento .

Drauzio Varella (2013) traz a questão da importância do saneamento em relação ao desenvolvimento intelectual das crianças. Segundo ele, “diversos estudos demonstram que infecções parasitárias e quociente emocional trilham caminhos opostos” e que segundo o estudo realizado pelo grupo Jardim-Botelho, crianças com ascaridíase apresentam testes de capacidade cognitiva abaixo da média (Varella, 2013). Pesquisa do Instituto Trata Brasil (2009) revela que a carência de saneamento é maior do que a de outros serviços públicos e que crianças sem acesso a saneamento tem redução de 18% no aproveitamento escolar.

¹ Como explora a própria plataforma Brasil Democrático e Sustentável, dedicando um subeixo exclusivamente para resíduos sólidos.

² Para saber mais: <http://www.who.int/topics/sanitation/en/>.

Fica evidente a relação entre saneamento e educação, mais especificamente o desenvolvimento escolar.

O tema do saneamento tem relação com outros temas além da saúde, educação e da qualidade de vida: moradia/habitação, economia, preservação da biodiversidade e disponibilidade hídrica.

Em artigo publicado pelo Instituto Trata Brasil afirma-se que:

“Para atingir a universalização do saneamento básico, ou seja, proporcionar disponibilidade de saneamento básico e esgotamento sanitário para todos os brasileiros, o País precisa mais do que dobrar os investimentos em saneamento. Segundo dados do setor, para universalizar os serviços, seriam necessários investimentos de R\$ 270 bilhões. Considerando os valores do PAC, destinados ao saneamento no período de 2007 a 2010, de R\$ 40 bilhões, seriam necessários pelo menos 7 PAC's para alcançarmos essa meta. Ou seja, 7 governos priorizando os investimentos em saneamento (Instituto Trata Brasil, 2010).”³

Priorizar os investimentos em saneamento básico é fundamental, pois a ele estão associados à melhora do rendimento escolar daquelas crianças que vivem em áreas que não possuem saneamento básico; o fomento à atividade econômica, seja se tratando do aumento da produtividade dos trabalhadores, seja na valorização de imóveis ou, em algumas regiões litorâneas, o resgate de áreas que são impróprias para visitação de turistas. Tem-se, portanto, a relação estreita entre saneamento e planejamento urbano.

Assim sendo, saneamento básico envolve uma miríade de atividades a ele relacionadas e que precisam de atenção, entre elas: abastecimento de água; afastamento dos dejetos (sistemas de esgotos); coleta, remoção e destinação final dos resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais; controle de insetos e roedores; controle de parasitas e bactérias;

³ A necessidade de priorização dos investimentos em saneamento foi reconhecida pelos coordenadores de campanha dos três principais candidatos a presidência em 2010. Xico Graziano, coordenador da campanha de José Serra, foi enfático ao afirmar, durante debate realizado pelo Instituto Trata Brasil, que esta é a década do saneamento. Durante o debate, foi consenso entre Graziano, José Eduardo Cardozo, coordenador de campanha de Dilma Rousseff, e João Paulo Capobianco, coordenador de campanha de Marina Silva, a necessidade de se incentivar e ampliar os investimentos em saneamento no País. Link: <http://www.tratabrasil.org.br/por-que-a-universalizacao-do-saneamento-basico-e-uma-meta-tao-dificil-de-ser-atingida-no-brasil-pensar-brasil>.

saneamento dos alimentos; controle da poluição ambiental; saneamento da habitação, dos locais de trabalho e de recreação e saneamento aplicado ao planejamento territorial.

Por isso que esta roda faz-se necessária e por isso, a questão que deve permear o debate é: Como fazer com que todos os brasileiros tenham acesso a um saneamento básico de qualidade?

O saneamento foi considerado direito constitucional, com a menção nos artigos 6º, caput, e 200, IV. E tem como marco legal a Lei federal nº 11.445/07, chamada Lei do Saneamento.

Essa lei fixou as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, obrigando os Municípios a elaborarem seus Planos de Saneamento Básico em cooperação com as associações representativas e população, como havia sido previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01). Além disso, ela condicionou o acesso aos recursos federais para esse fim à existência de tais planos (art.50).

Jogando luz sobre questões como a necessidade de se adequar as políticas de saneamento às especificidades regionais, controle social, integração de infraestruturas e o fomento à moderação do consumo de água. A lei enfatiza, sobretudo, a universalização do acesso, integralidade, – isto é, a satisfação das necessidades da população e a maximização da eficácia dos serviços prestados – a preocupação com a saúde pública e a proteção do meio ambiente.

O importante a destacar é que a lei enxerga o papel que o saneamento básico no Brasil tem em gerar desenvolvimento econômico e combater à desigualdade. No capítulo referente à política federal de saneamento, o documento reza que priorizará aquelas ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico e aqueles investimentos que primem pelo desenvolvimento sustentável, eficácia e eficiência.

Em suma e seguindo na linha de outros marcos legais estabelecidos ao longo dos últimos vinte anos, é um documento ambicioso e que parece, a priori, encarar um problema brasileiro histórico que, a despeito das iniciativas, nunca fora solucionado ou gerido de forma satisfatória aos olhos de parte da população que reconhece a importância do tema e

que sempre prejudicou a maior parte dela, carente de saneamento básico.

Quando se afirma que apenas uma parte da população reconhece a importância do tema, o presente trabalho sustenta, pela pesquisa feita pelo IBOPE Inteligência e o Instituto Trata Brasil⁴, que o tema de saneamento básico no Brasil ainda não desperta o interesse de grande parte do público, comprometendo a capacidade da população pressionar o poder público por mudanças.

A pesquisa realizada em 2012, preocupada com a percepção da população quanto ao saneamento básico e a responsabilidade do poder público, entrevistou 1008 pessoas em mais de 20 cidades brasileiras; todas com mais de 300 mil habitantes.⁵

Ao serem perguntadas sobre qual era a área de sua cidade que mais apresentava problemas, apenas 13% responderam esgoto. Limpeza pública, abastecimento de água e coleta de lixo ficaram, respectivamente, com 9, 7 e 6% cada. Tendo em mente que essas opções constituem o que a lei nº11.445/07 entende por saneamento, o tema se posiciona como a quarta área mais problemática das cidades entrevistadas, à frente de educação, mas atrás de saúde, segurança e drogas.⁶

Entretanto, o saneamento básico é visto, proporcionalmente, como menos importante que os temas supracitados. Para em média 72% dos entrevistados, as áreas de educação, saúde e segurança pública são prioritárias em relação ao saneamento básico. Tal posicionamento se converte em relativa apatia da população no tema, principalmente quando poucas pessoas reivindicam políticas de saneamento de seus representantes ou das autoridades competentes para suas localidades.

Individualmente, 75% dos entrevistados não faziam qualquer tipo de cobrança para a melhoria ou estabelecimento da prestação de serviço de saneamento básico em sua

⁴ Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa15/Resultados-Pesquisa-Ibope-2012.pdf>. Último acesso 22 de janeiro de 2014.

⁵ INSTITUTO TRATA BRASIL. A percepção da população quanto ao Saneamento Básico e a responsabilidade do Poder Público. IBOPE Inteligência e Instituto Trata Brasil. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa15/Resultados-Pesquisa-Ibope-2012.pdf>. Último acesso 22 de janeiro de 2014.

⁶ Idem.

comunidade. Coletivamente, isto é, considerando associações de moradores, cooperativas ou movimentos populares municipais e/ ou regionais, 59% dos entrevistados informaram não ter conhecimento de qualquer mobilização do tipo.⁷

Assim sendo, a relativa apatia da população brasileira perante o tema contribui para a máxima veiculada em círculos céticos à possibilidade do Brasil universalizar o acesso a saneamento básico, a saber, “saneamento não dá voto”.⁸

Tal percepção contribui para a lentidão na expansão progressiva da prestação deste serviço pelo poder público ou setor privado. Evidente que a relação entre a lentidão na universalização do acesso a saneamento básico e apatia social não é determinista, isto é, a lentidão não se deve somente e nem em grande medida à relativa e parcial apatia ao tema, mas este último contribui, sim, para uma cobertura insatisfatória do serviço. Destaca-se também que o argumento é defendido pelo Ministério das Cidades. No 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico da FIESP⁹, o especialista em infraestrutura sênior do Ministério das Cidades, Gustavo Zarif Frayha, coloca esta falta de interesse como um dos principais obstáculos político-sociais para o avanço do saneamento básico no Brasil.

Vale destacar que são inegáveis os avanços nacionais no tema. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, apresentada pelo IBGE também no 3º Encontro Internacional realizado pela FIESP, desde 1992 até aquele ano, o número de domicílios particulares cobertos pela rede geral de abastecimento de água subiu 12,8%.

No entanto, a incapacidade que o país apresentou em fornecer este serviço para a maior parte da população brasileira é latente. A dimensão do problema e do atraso nacional é enorme. Na região Norte do país, apenas 8% dos municípios têm acesso à água e manejo de

⁷ Vale lembrar, entretanto, que na reivindicação coletiva por limpeza de bueiros, enquanto a amostra global acusou o índice de 17% dos entrevistados participando em algum tipo de mobilização coletiva, o mesmo índice, nas regiões Norte e Centro-oeste – aquelas mais carentes que as regiões Sul e Sudeste, por exemplo – foram de 35%. Ademais, mutirões para consertar encanamento crescem à medida que a renda cai, segundo a pesquisa.

⁸ Na mesma pesquisa citada neste trabalho, apenas 3% dos entrevistados disseram que levariam em conta o abastecimento de água como tema para definir seu candidato a prefeito. Acima de esgoto (2%), coleta de lixo e limpeza pública (1%, ambos).

⁹ Todas as apresentações dos palestrantes estão disponíveis em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/3o-encontro-de-saneamento-basico-apresentacoes/>. Último acesso em: 23/01/2014.

resíduos sólidos, 2% têm esgotamento sanitário, e 7% têm o manejo de águas pluviais, caracterizando-a como a região mais defasada do Brasil.¹⁰

Embora lembrada repetidas vezes como uma região rica, o Sudeste brasileiro aparece com números também muito ruins. A melhor região do país em termos de acesso a saneamento básico tem apenas 30% de seus municípios dispondo de abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos e apenas metade dos municípios, aproximadamente, dessa região tem acesso a esgotamento sanitário.¹¹

Em recente pesquisa divulgada pelo Estadão Dados¹², onde foram compilados dez indicadores do IBGE para calcular o “índice de urbanismo”, foi apresentado que na cidade de São Paulo, a maior do país, apenas 2,5% dos paulistanos vivem em áreas totalmente urbanizadas. O índice mede o fornecimento de energia, pavimentação, arborização urbana, para citar alguns exemplos e, evidentemente, saneamento.

O Plano Nacional e Municipal de Saneamento Básico (Plansab), previsto na Lei do Saneamento, foi criado oficialmente em novembro de 2013. Este é creditado como uma ferramenta para acelerar o quadro de universalização do saneamento básico no Brasil. A meta do ministério é que até 2033, o abastecimento de água nos domicílios urbanos seja universalizado, haja uma redução de 39% para 31% do índice de perda na distribuição, 93% dos domicílios urbanos com sistema de coleta e tratamento adequado, além de universalizar, por fim, o manejo de resíduos sólidos.¹³

Mantendo-se o atual patamar de investimentos, a universalização do abastecimento de água ocorrerá apenas em 2039, ao passo que o esgotamento sanitário tornar-se-á universal em 2060, segundo estudo da GO Associados. Para cumprir a meta do órgão, seria necessária a

¹⁰ BIANCHINI, Zélia (IBGE). Cobertura de saneamento básico no Brasil segundo Censo Demográfico, PNAD e PNSB. 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico – FIESP: recuperando o tempo perdido. São Paulo: FIESP (org.), 2013.

¹¹ Idem.

¹² Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,so-25-dos-paulistanos-vivem-em-areas-totalmente-urbanizadas,1100220,0.htm>. Último acesso em: 23/01/2014.

¹³ FRAYHA, Gustavo Zarif (Ministério das Cidades). *Saneamento básico e qualidade de vida*. 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico – FIESP: recuperando o tempo perdido. São Paulo: FIESP (org.), 2013.

duplicação do patamar de investimentos. Neste caso a universalização do abastecimento de água e esgoto se daria em 2021 e 2031, respectivamente.¹⁴

Por este cenário, a participação do setor privado nas metas nacionais deve ser discutida. Normalmente, saneamento básico é associado imediatamente ao Estado, seja em sua instância federal, estadual ou municipal. A área permanece como uma das remanescentes ainda sob domínio do setor público. Portanto, deve-se discutir os possíveis benefícios que a sociedade brasileira teria, caso as normas fossem flexibilizadas, facilitando o ingresso do setor privado nesse campo.

A conjugação de esforços privados e públicos poderia acelerar a universalização do esgotamento sanitário. Diversas Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) têm dificuldade de se manterem solventes. Segundo relatório do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento de 2010, divulgado em apresentação pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), 14 das 26 CESBs apresentaram déficit financeiro, somados totalizam naquele ano R\$ 1 bilhão.¹⁵

A legislação brasileira prevê que todos os municípios brasileiros devem ter seus próprios planos municipais de saneamento. A verdade é que, pelo fato da maioria dos municípios brasileiros não contar com técnicos capacitados em sua gestão, além do pacto federativo brasileiro comprometer a independência e as finanças da administração municipal, a maior parte dos municípios brasileiros não tem condições de formar estes planos, muito menos de levá-los a cabo.

Ademais, embora o Plansab tenha estabelecido que os municípios devem elaborar planos próprios de saneamento, a titularidade do serviço não foi plenamente esclarecida pela Lei de Saneamento, tampouco pela decisão do STF em resposta a ADIN 1842, se mantendo com

¹⁴ MARCATO, Fernando (GO Associados). *Uma nova ordem para o saneamento em regiões metropolitanas*. 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico – FIESP: recuperando o tempo perdido. São Paulo: FIESP (org.), 2013.

¹⁵ PAULI, Dante Ragazzi (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental). *Panorama nacional para o setor de saneamento*. 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico – FIESP: recuperando o tempo perdido. São Paulo: FIESP (org.), 2013.

uma questão em aberto e, por conseguinte, cria problemas para a expansão do fornecimento de água e esgotamento sanitário aos brasileiros.

As alternativas para a participação da iniciativa privada nesta área são múltiplas. Elas podem adquirir participação em empresas públicas, parcerias societárias – empresa privada e setor público –, locação de ativos, parcerias público-privadas (PPPs) e concessões comuns, por exemplo.

No entanto, a participação mais enfática do setor privado é condicionada pelos encargos trabalhistas e fiscais. O total desses encargos sobre autarquias em relação ao faturamento é de 14,20%, enquanto que para empresas, estes chegam a 28,95%, segundo a ABES.

Dessa forma, saneamento básico no Brasil é envolto em questões tributárias, capacidade fiscal de municípios, incentivos ao setor privado, saúde pública, entre muitos outros. Saná-lo é fundamental para um país que almeja ser uma potência internacional, e inadmissível em 2014.

Modelo inspirador

Com intuito de mobilizar os participantes da roda e mitigar propostas para o tema – extrapolando, portanto, o batido e já bem conhecido diagnóstico do assunto – o Instituto Democracia e Sustentabilidade propõe expor, brevemente, o modelo inglês de gestão de águas e saneamento básico. O objetivo é que com sua exposição, os participantes discutam a pertinência do modelo exposto e a possibilidade de adequá-lo às especificidades do país.

O modelo inglês serve de inspiração, pois apresenta um formato fundamentalmente diferente do brasileiro. Enquanto que no último a participação privada é muito baixa, no primeiro o setor foi completamente privatizado.

Não só isso, o modelo inglês é diferente, pois seguiu o sentido inverso do brasileiro. Inicialmente, entre as décadas de 30 e 60, o sistema de saneamento básico e abastecimento de água já eram descentralizados. Diferentemente do caso brasileiro, os serviços eram prestados de forma descentralizada. Afinal, cada área do Reino Unido podia organizar seu serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário. De forma que já em 1945

existiam mais de 1.000 organizações para abastecimento de água e mais de 1.400 para esgotamento sanitário.¹⁶

Mudanças começaram a ocorrer a partir de 1965, mas a verdadeira transformação no setor ocorreu em 1989 quando todo o serviço foi privatizado. Ademais, o chamado Water Act daquele ano estabeleceu a separação de funções daquelas empresas encarregadas do abastecimento de água e daquelas que ficariam responsáveis pelo esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos. Além de permitir que estas empresas pegassem empréstimos para investir.

Mais de 20 anos depois, a principal entidade pública responsável pela regulação do setor, Ofwat, aponta que os níveis de vazamento estão 35% mais baixos do que o pico nos anos 1990, o número de propriedades sob risco de inundação caiu 75%, o número de propriedades com problemas de pressão no fornecimento de água caiu 99%. Os investimentos no período fizeram com que cada casa no Reino Unido e no País de Gales – país também atendido pelo sistema – recebesse um investimento médio de £3.500 (R\$14.000, aproximadamente) e segundo seus cálculos, a conta do serviço ficou £100 (R\$400) abaixo do que estaria se o serviço ainda fosse público.

O que chama a atenção ainda no modelo é a quantidade de ferramentas de regulação e fiscalização. A entidade afirma se balizar pelo empoderamento, engajamento e proteção do consumidor. Fornecendo-lhe ferramentas para ter acesso aos serviços que ele precisa e quer, certificando-se que as empresas saibam a prioridade de seus clientes e que estes sejam tratados de forma justa e respeitosa.

Os preços praticados passam pelo escrutínio da entidade para que o mesmo seja justo e dentro da lei. Finalmente, o passado recente do setor é marcado pela punição severa que algumas empresas sofreram. A empresa Thames teve que, em 2006, se comprometer a investir £150 milhões a mais (R\$600 milhões) por não atingir metas de redução de vazamentos. O mesmo aconteceu com outra empresa (Severn Trent, £45 milhões) no ano

¹⁶ Mais informações disponíveis em: <http://www.ofwat.gov.uk/industryoverview/history/consolidation>. Último acesso: 12/02/2014.

seguinte. Além de uma multa de £8,5 milhões a United Utilities por quebrar regras acordadas em contratos com empresas associadas.

Em suma, é evidente que o Estado inglês dispõe de maiores recursos num território consideravelmente menor – se comparado ao brasileiro –, no entanto, é um modelo de governança novo para o Brasil e sua utilidade deve ser amplamente debatida para que nós possamos aproveitar das experiências de modelos internacionais. É possível e fundamental avançar na universalização dos serviços de saneamento básico e água e modelos internacionais podem nos mostrar como.

Propostas

- Fomentar a participação da população brasileira no debate sobre saneamento básico. Tendo em mente a relativa apatia da população brasileira perante o tema.
- Propor políticas públicas intersetoriais de planejamento hídrico e os respectivos programas, que envolvam escoamento de águas pluviais, água tratada e esgotamento sanitário.
- Incentivar o desenvolvimento de programas e projetos de desenvolvimento tecnológico com objetivo de aumentar a eficiência do sistema de abastecimento de água.
- Fomentar o aumento a participação do setor privado no saneamento básico dentro de bases voltadas para tecnologia mais limpa, visando o desenvolvimento sustentável e a transparência na gestão.
- Desenvolver políticas de gestão e capacitar os municípios pela elaboração de seus planos de saneamento.
- Construir a governança no setor de saneamento.

Referências:

BIANCHINI, Zélia (IBGE). Cobertura de saneamento básico no Brasil segundo Censo Demográfico, PNAD e PNSB. 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico – FIESP: recuperando o tempo perdido. São Paulo: FIESP (org.), 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP. Todas as apresentações dos palestrantes do 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico – FIESP estão disponíveis em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/3o-encontro-de-saneamento-basico-apresentacoes/>. Último acesso em: 23/01/2014.

FRAYHA, Gustavo Zarif (Ministério das Cidades). Saneamento básico e qualidade de vida. 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico – FIESP: recuperando o tempo perdido. São Paulo: FIESP (org.), 2013.

INSTITUTO TRATA BRASIL. A percepção da população quanto ao Saneamento Básico e a responsabilidade do Poder Público. IBOPE Inteligência e Instituto Trata Brasil. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa15/Resultados-Pesquisa-Ibope-2012.pdf>. Último acesso 22 de janeiro de 2014.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Menos de 40% das escolas tem acesso a rede de esgoto. Universidade da Água - 01/12/2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/Clippings/lc2832.pdf>. Último acesso em: 27/01/2014.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Por que a universalização do saneamento básico é uma meta tão difícil de ser atingida no Brasil? 2010. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/por-que-a-universalizacao-do-saneamento-basico-e-uma-meta-tao-dificil-de-ser-atingida-no-brasil-pensar-brasil>. Último acesso em: 27/01/2014.

INSTITUTO TRATA BRASIL e FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento Brasileiro. São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.tratabrasil.org.br/novo_site/cms/files/trata_fgv.pdf. Último acesso em: 27/01/2014.

MARCATO, Fernando (GO Associados). Uma nova ordem para o saneamento em regiões metropolitanas. 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico – FIESP: recuperando o tempo perdido. São Paulo: FIESP (org.), 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Só 2,5% dos paulistanos vivem em áreas totalmente urbanizadas. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,so-25-dos-paulistanos-vivem-em-areas-totalmente-urbanizadas,1100220,0.htm>. Último acesso em: 23/01/2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-OMS. Sanitation. Disponível em: <http://www.who.int/topics/sanitation/en/>. Último acesso em: 27/01/2014.

PAULI, Dante Ragazzi (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental). Panorama nacional para o setor de saneamento. 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico – FIESP: recuperando o tempo perdido. São Paulo: FIESP (org.), 2013.

PRADO, Lucas Navarro (Portugal Ribeiro & Navarro Prado Advogados). Modelos de participação privada no Setor de Água e Esgoto. 3º Encontro Internacional de Saneamento Básico – FIESP: recuperando o tempo perdido. São Paulo: FIESP (org.), 2013.

VARELLA, Drauzio. Inteligência e indigência. Folha online, 21.09.2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2013/09/1345070-inteligencia-e-indigencia.shtml>. Último acesso em: 27/01/2014.